



Título:	“TEORIA DA ESSENCIALIDADE” (WESENTLICHKEITSTHEORIE) E DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICA: STANDARDS PROTETIVOS EM FACE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DA CORTE IDH – PROPOSTA DE PARÂMETROS DE CONTROLE		
Autores:	Letícia da Silva Mônia Clarissa Hennig Leal		
Área	<input type="checkbox"/> Humanas <input checked="" type="checkbox"/> Sociais Aplicadas <input type="checkbox"/> Biológicas e da Saúde <input type="checkbox"/> Exatas, da Terra e Engenharias	Dimensão:	<input type="checkbox"/> Ensino <input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa <input type="checkbox"/> Extensão <input type="checkbox"/> Inovação
Resumo: <p>A proteção da democracia é um dos pilares essenciais na Constituição Brasileira de 1988. No atual cenário global, onde desafios à democracia emergem em diferentes formas, torna-se crucial compreender como esses tribunais definem e defendem a integridade democrática. Assim, busca-se explorar as interpretações jurídicas e os padrões protetivos que esses órgãos aplicam, com um foco especial na atuação da Corte IDH. O principal objetivo é analisar como a Corte Interamericana de Direitos Humanos define o conceito de democracia e quais são os padrões protetivos que ela estabelece para sua salvaguarda. Além disso, busca-se compreender como esses padrões são implementados pelos Estados membros da Convenção Americana e como podem ser aprimorados para garantir uma proteção democrática mais robusta. O problema central que orienta esta pesquisa é: de acordo com os padrões protetivos da democracia estabelecidos pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, como a Corte define e protege a democracia em suas decisões, e quais são os requisitos que os Estados devem cumprir para assegurar esses padrões? Este questionamento direciona a análise das decisões da Corte, especialmente em relação à Opinião Consultiva 28, e permite uma avaliação crítica sobre a efetividade das medidas adotadas pelos Estados. Para responder ao problema de pesquisa, será adotado o método de abordagem dedutivo, e de procedimento analítico. A pesquisa utilizará técnicas de pesquisa documental e bibliográfica, utilizando, em particular, as decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos e a Opinião Consultiva 28, além de bibliografia nacional e estrangeira sobre o tema, realizando-se uma análise crítica sobre a implementação dos padrões protetivos estabelecidos pela Corte. A pesquisa oferece uma contribuição significativa para a compreensão dos requisitos legais e institucionais necessários para a proteção da democracia. Em um momento em que a democracia enfrenta desafios globais, a análise dos padrões estabelecidos pela Corte Interamericana oferece <i>insights</i> valiosos sobre as obrigações dos Estados e as medidas que podem ser adotadas para fortalecer um ambiente democrático saudável e funcional. Compreender essas diretrizes é essencial para garantir que os Estados membros cumpram suas obrigações internacionais e promovam uma democracia robusta. Inicialmente, observa-se que a Corte Interamericana não apresentou um conceito claro sobre os elementos que compõem uma democracia nesta manifestação específica. A análise será estendida a outros casos com o mesmo enfoque, dado que a Corte, na Opinião Consultiva 28, enfatizou particularmente os elementos relacionados à reeleição indefinida. Por isso, a pesquisa será progressivamente aprofundada ao longo do tempo, com</p>			



o intuito de esclarecer melhor esses aspectos e contribuir para um entendimento mais robusto sobre a proteção da democracia.

Link do Vídeo: https://drive.google.com/file/d/1I9GvdEJNe78J8iAv9iYcTk-DR_MPpdl8/view?usp=sharing